

OEC S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
Em 31 de dezembro de 2022

OEC S.A.

Demonstrações contábeis individuais
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais

Balancos patrimoniais individuais

Demonstrações do resultado individuais

Demonstrações do resultado abrangente individuais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
OEC S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da OEC S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da OEC S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo em R\$ 16.710.201. Para garantir a continuidade operacional da Companhia, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Odebrecht Engenharia S.A., em dezembro de 2022, o Plano de Ação ("PA"), para os próximos cinco anos, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1 (a). As demonstrações contábeis individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se as demonstrações contábeis individuais tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 29 de abril de 2022, contendo ressalva sobre as incertezas decorrentes de acordos de leniência com autoridades no Brasil e no exterior e parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional de mesmo teor do descrito acima.

Demonstrações consolidadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações contábeis, a OEC S.A. elaborou suas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações contábeis individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificação, também datado de 14 de abril de 2023. Essas demonstrações contábeis individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2023.

OEC S.A.
 Balanço patrimonial individual
 Em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.052	6.041	Fornecedores		426	81
Tributos a recuperar		145	17	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais		283	751
Outros ativos	5	2.642	1.025	Outros passivos		8	
		<u>3.839</u>	<u>7.083</u>			<u>717</u>	<u>832</u>
Não circulante				Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7 (c)		3.008	Provisão para passivo a descoberto	6 (b)	19.784.095	21.695.651
			<u>3.008</u>	Partes relacionadas	7 (a)	1.786.667	1.000.496
				Outros passivos		11.000	5.156
						<u>21.581.762</u>	<u>22.701.303</u>
Investimentos				Passivo a descoberto			
Sociedades controladas	6 (b)	4.868.439	4.770.636	Capital social	8 (a)	448.900	448.900
				Ajuste de avaliação patrimonial	8 (b)	1.486.036	348.948
				Transações de capital	6 (b)	13.366	13.365
		<u>4.868.439</u>	<u>4.773.644</u>	Prejuízos acumulados		(18.658.503)	(18.732.621)
						<u>(16.710.201)</u>	<u>(17.921.408)</u>
Total do ativo		<u>4.872.278</u>	<u>4.780.727</u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u>4.872.278</u>	<u>4.780.727</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A.
 Demonstração individual do resultado
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Operações continuadas			
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	9	(27.632)	(26.784)
Equivalência patrimonial	6 (b)	(629.503)	(12.500.247)
Prejuízo operacional		(657.135)	(12.527.031)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	10	21.514	(28.092)
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda		(635.621)	(12.555.123)
Imposto de renda e contribuição social			(70)
Prejuízo das operações continuadas do exercício		(635.621)	(12.555.193)
Operações descontinuadas			
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas do exercício	6 (b)	709.739	(222.827)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		74.118	(12.778.020)
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	8 (c)	0,165	(28,465)

OEC S.A.
 Demonstração individual dos resultados abrangentes
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		74.118	(12.778.020)
Outros resultados abrangentes:			
Itens que posteriormente transitarão pelo resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial	8 (b)	197.531	51.256
Variação cambial de investidas no exterior	8 (b)	683.590	143.935
Variação cambial com investimentos líquidos no exterior	8 (b)	5.533	(64.130)
Itens que transitaram pelo resultado:			
Realização de variação cambial com investimentos líquidos no exterior		250.434	
Total do resultado abrangente do exercício		1.211.206	(12.646.959)

OEC S.A.

Demonstração individual das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Transações de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do passivo a descoberto
Em 31 de dezembro de 2020		448.900		217.887	(5.954.601)	(5.287.814)
Total do resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício - R\$ (28,465) por ação do capital social					(12.778.020)	(12.778.020)
Outros resultados abrangentes	8 (b)			131.061		131.061
Total do resultado abrangente do exercício				131.061	(12.778.020)	(12.646.959)
Transações de capital com os sócios:						
Movimentação sobre transações de capital	6 (b)		13.365			13.365
Em 31 de dezembro de 2021		448.900	13.365	348.948	(18.732.621)	(17.921.408)
Total do resultado abrangente do exercício:						
Lucro líquido do exercício - R\$ 0,165 por ação do capital social					74.118	74.118
Outros resultados abrangentes	8 (b)			1.137.088		1.137.088
Total do resultado abrangente do exercício				1.137.088	74.118	1.211.206
Transações de capital com os sócios:						
Movimentação sobre transações de capital	6 (b)		1			1
Em 31 de dezembro de 2022		448.900	13.366	1.486.036	(18.658.503)	(16.710.201)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A.
 Demonstração individual dos fluxos de caixa
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas		74.118	(12.777.950)
Ajustes:			
Equivalência patrimonial	6 (b)	629.503	12.500.247
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas do exercício	6 (b)	(709.739)	222.827
Provisão e encargos sobre plano de benefícios à empregados		5.843	5.156
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	10	(21.381)	27.443
Caixa aplicado nas nas operações		(21.656)	(22.277)
Variação nos ativos e passivos:			
Tributos a recuperar		(128)	(17)
Outros ativos		(1.617)	(1.024)
Fornecedores		345	63
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais		(468)	679
Outros passivos		8	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações continuadas		(23.516)	(22.576)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições aos investimentos	7 (b)	(797.287)	(329.399)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7 (c)		(3.008)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(797.287)	(332.407)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Parte relacionadas			
Recursos recebidos	7 (a)	815.814	361.024
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		815.814	361.024
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido das operações continuadas		(4.989)	6.041
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.041	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.052	6.041

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A OEC S.A. (“OECSA” ou a “Companhia”), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo Novonor”), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a Odebrecht Holdco Finance Limited (“ODB Holdco”) e indireta a Odebrecht Engenharia e Construção S.A. (“Odebrecht Engenharia”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo.

A Companhia é controladora direta da CNO S.A. (“CNO”), OECI S.A. (“OECI”), OENGER S.A. (“OENGER”), Tenenge Engenharia Ltda. (“Tenenge”), Odebrecht Overseas Limited (“OOL”) e OEC Finance Limited (“OEC Finance”).

A Companhia tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

Por meio de sucursais e subsidiárias de suas controladas, a Companhia possui atuação direta em diversos países, sendo os principais: Brasil, Angola, Estados Unidos da América (“EUA”) e Peru.

No segmento de construção civil pesada, as principais controladas diretas da Companhia são CNO, OECI e Tenenge e indireta CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”), as quais desenvolvem projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, assim como outros projetos industriais e de infraestrutura.

As principais obras atualmente em execução por meio das controladas e coligadas no Brasil são: Projeto Submarino, Usina Termelétrica Santa Cruz, Unidades de Saúde BH, Projeto Eurofarma, BRT Transbrasil, UHE Ilha dos Pombos, Rodovia dos Minérios, Canal Adutor do Sertão Alagoano, BRT Transoeste, Sistema de Abastecimento de Água Montes Claros e Terminal Gás Sul Babitonga, além de contratos de prestação de serviços em plantas industriais.

No exterior, os principais projetos em atividade são: Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca, Terminal Oceanico Barra do Dande e Projeto Refinaria de Cabinda (Angola), Manutenção das IIRSAS Norte e Sul (Peru) e Rodovia do Corredor Leste (Gana).

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de abril de 2023.

(a) Continuidade (*Going Concern*)

A Companhia e suas controladas têm como segmento operacional a construção civil pesada em projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, entre outros projetos industriais e infraestrutura para clientes públicos e privados, tendo como principal fonte de recursos a geração de caixa destes projetos.

Diante de eventos ocorridos ao longo dos últimos anos, de modo a mitigar os impactos no caixa da Companhia e suas controladas, a administração implementou diversas ações, a saber: i) reestruturação geográfica, com foco de atuação nos países com potencial de contratação de obras para a Companhia e suas controladas, ii) fortalecimento da Governança, com a formação do Conselho de Administração, Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (com a participação de conselheiros independentes), iii) criação da área de Auditoria Interna e Controles Internos, iv) Programa de Integridade, objetivando endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente na tarefa empresarial, v) reestruturação administrativa, adequando o tamanho das equipes de apoio ao novo porte da Companhia, vi) venda de ativos e créditos antigos para garantir a liquidez da Companhia, vii) reestruturação das dívidas de curto prazo e fornecedores; viii) renegociação dos termos e condições das garantias prestadas aos *Bonds* NFL; e ix) manutenção da produção para os contratos em carteira.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De modo a mitigar os impactos no caixa da Companhia e suas controladas, a administração implementou diversas ações, a saber: i) Desde 2019 a Companhia vem em um processo de reestruturação geográfica, com foco de atuação nos países com potencial de contratação de obras para a Companhia e suas controladas; ii) a partir de 2016 a Companhia vem fortalecendo a Governança, com a formação do Conselho de Administração, Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (com a participação de conselheiros independentes); iii) criação da área de Auditoria Interna e Controles Internos nos anos de 2018 e 2019 respectivamente; iv) criação do Programa de Integridade em 2016, objetivando endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente na tarefa empresarial, v) reestruturação administrativa, adequando o tamanho das equipes de apoio ao novo porte da Companhia, vi) venda de ativos e créditos antigos para garantir a liquidez da Companhia, vii) reestruturação das dívidas de curto prazo e fornecedores; viii) renegociação dos termos e condições das garantias prestadas aos Bonds NFL (concluído em 2021); e ix) manutenção da produção para os contratos em carteira.

Dessa forma, resultante dos eventos citados acima, o Patrimônio Líquido se tornou negativo, no valor de R\$ 16.710.200.

Para buscar reverter o cenário descrito acima, a Administração da Companhia aprovou em dezembro de 2022 o Programa de ação 2023 – 2027:

O programa de ação contempla as ações e direcionamentos estratégicos da Companhia e suas controladas bem como seus diferenciais, provendo soluções integrais e sustentáveis em projetos complexos de Engenharia e Construção para infraestrutura e indústrias, com foco nas principais demandas globais, como mobilidade, logística, saneamento, energia renovável, saúde e educação, tendo como principais mercados Angola, Brasil, EUA, Panamá e Peru, desenvolvendo oportunidades seletivas em outros países da África e Latam, conforme segue:

- Adição de backlog - expectativa de conquistas de novos projetos no montante de US\$ 10,2 bilhões até 2027, além de atualmente, contar com um banco de oportunidades de aproximadamente 184 projetos, que somam cerca de US\$19,9 bilhões em possíveis conquistas, com maior intensificação junto a clientes privados.
- Foco de atuação - a Companhia foca suas operações geograficamente, seletivamente e estrategicamente nos seguintes países: i) Brasil – foco ambivalente nos clientes públicos e privados. A Companhia busca protagonismo nas oportunidades de transição energética, como também busca a parceria em concessões de rodovias, portos, aeroportos, saneamento e mobilidade, além de fortalecer a marca Tenenge que visa a atuação na manutenção de plantas industriais; ii) Angola/África: fortalecimento da atuação no mercado Africano, tendo como base Angola, além do crescimento de oportunidades atreladas as demandas reprimidas localmente; iii) Peru/Panamá: avançar no desenvolvimento de novas oportunidades com clientes público e privado, tendo como premissa o dialogo baseado no histórico de performance e o retorno social, ambiental e econômico que a Companhia gerou nesses países; e iv) EUA: desenvolvimento de parcerias privadas e aumento da atuação geográfica, tendo como princípio o reconhecimento dos projetos da Companhia no país.
- Fortalecimento da Engenharia e Inteligência de Negócio (performance, eficiência e competitividade) - para garantir o sucesso de atuação nos países citados no tópico anterior, a Companhia direciona esforços para: i) fortalecer e modernizar a área de Engenharia, considerando seu papel no diferencial competitivo da Companhia, definindo a estrutura corporativa de apoio e inteligência em engenharia com reforço das estruturas locais; ii) elevar nível de maturidade BIM na Companhia, via adoção em massa nas obras de portfólio, novos estudos e programas de treinamentos; iii) priorizar a manutenção e renovação das certificações técnicas; iv) garantir posição de destaque no processo de transição energética, via estudos, publicações, oportunidades e conquistas; v) fomentar a relação com empresas de Engenharia/Tecnologia e fornecedores para qualificação de ações comerciais de propostas e projetos; e vi) reposicionar a Companhia como protagonista em práticas ESG, aproveitando os avanços em governança e recuperando espaço como empresa diferenciada nas práticas sociais, segurança do trabalho e temas ambientais.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Efetivação de parcerias estratégicas (créditos, seguros e garantias): Buscar parcerias estratégicas que possam aportar valor a Companhia, tais como i) capital de giro e estudos de mercado; ii) créditos e acessos a garantias para novos projetos; iii) reputação e relacionamento institucional e governamental; iv) complementariedade (projetista e tecnologia), fornecimento de insumos estratégicos, e investidores qualificados para parcerias público/privado e concessões.

Entre os direcionamentos estratégicos citados acima, que visam o crescimento sustentável da operação da Companhia nas geografias que atua, o Plano de Ação ("PA") também contempla um robusto acompanhamento em relação à equação financeira, que visa o equilíbrio de sua alavancagem financeira, dos gastos administrativos e dos passivos contingentes, conforme segue:

- Higidez financeira: i) renegociação do contas a pagar e dívidas de capital de giro; ii) vendas de investimentos e monetização de recebíveis e créditos fiscais; e iii) otimizar a gestão de caixa oriunda do portfólio atual.
- Resolução e mitigação dos contenciosos e passivos: i) negociação de acordos via o parcelamento de pagamentos; e ii) negociação de acordos de leniência nos países de atuação da Companhia para pagamentos conforme a capacidade financeira local de cada país.

A Companhia considera que a retomada de crescimento é essencial para que possa continuar suas operações. No entanto, caso a combinação dos eventos supra descritos não ocorra, a administração entende que haveria significativas dificuldades na retomada de seu crescimento. As atuais demonstrações financeiras não contemplam eventuais ajustes que resultariam no caso da Companhia e suas controladas estarem impossibilitadas de continuar operando normalmente.

(b) Programa de Integridade

A Companhia e suas controladas possuem compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas da Companhia, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial à Companhia. Novos indicadores e metas de integridade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos da Companhia.

O Programa de Integridade da Companhia segue padrões típicos de empresas de capital aberto, com governança exercida por meio de um conselho de administração com participação de no mínimo 20% de conselheiros independentes. Em janeiro de 2023 houve eleição para o CA-OEC e a participação de independentes é de 50%. O acompanhamento e supervisão do programa é realizado continuamente no âmbito do Comitê de Integridade e Auditoria do Conselho de Administração, no qual se requer maioria de conselheiros independentes, sendo coordenado por um destes.

O Programa de Integridade da OEC conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das área de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes regularmente implementados; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os controles internos implementados na Companhia foram amplamente testados e aprimorados nos últimos 6 anos, incluindo múltiplas instâncias de monitoramento independente. Em novembro de 2020, o Programa de Integridade foi atestado por monitores independentes apontados pelo Departamento de Justiça Americano (DoJ) e pelo Ministério Público Federal do Brasil. Em 2021, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relatório entregue pelos monitores aos dois bancos no final de 2021 não só reforçou as conclusões exitosas do monitoramento do acordo com o DoJ, mas também atestou que o Programa de Integridade da OEC atende a todas as diretrizes de Compliance do Banco Mundial e do BID. Em março de 2022 a CGU encerrou o monitoramento ostensivo do Programa de Integridade da OEC, atestando que a Empresa cumpriu com todos os compromissos assumidos em relação à temática de Integridade do Acordo de Leniência firmado com CGU/AGU em 2018.

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2022 no Programa de Integridade da OEC: (i) foram analisados 9.502 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 99% dos treinamentos do grupo meta definido; (iii) 154 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade gerando 44 ações de remediação, entre as quais, 15 demissões, 11 advertências verbais ou escritas aplicadas, 04 restrição ao fornecedor, 07 ações de treinamento/ comunicação, 05 melhorias de processo e 02 de cumprimento de obrigações; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance, foram abertas 896 ações para teste e verificação de processos, 659 registros de terceiros tiveram seus processos de contratação revisados em relação a requisitos de integridade, 29 processos de contratação ou promoção de integrantes revisados para verificação de atendimento aos requisitos de avaliação de integridade e 274 processos de contratação revisados para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

Por fim, vale ressaltar que o Programa Global de Integridade da OEC está certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2024, tendo passado por auditoria externa de um organismo certificador internacional credenciado, e, em dezembro de 2022, a Empresa recebeu o selo Infra+ Integridade do Ministério da Infraestrutura, em reconhecimento a adoção de boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme abaixo:

Revisadas e vigentes

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas pela administração e são apresentadas em separado dessas demonstrações financeiras individuais. Tais demonstrações consolidadas, foram examinadas pelos auditores independentes, que emitiram seu relatório, sem modificação de opinião, com data de 14 de abril de 2023 e estão disponíveis na sede da Companhia.

Essas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação de circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização e/ou consumo esperado no curso normal do ciclo operacional, conforme definido CPC 26 (R2)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas em reais (R\$), usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

(b) Transações e saldos

As operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica de "Resultado financeiro".

2.4 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

Revisadas e não vigentes

- Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36(R3) e CPC 18(R2)) respectivamente), Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – vigência não definida.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("*single transaction*") – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.6 Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas são registrados e avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial. A mesma política contábil foi adotada para todos os períodos apresentados.

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) destas sociedades e classificadas no passivo não circulante em contrapartida do resultado de participações societárias.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas são reconhecidas na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento, decorrentes exclusivamente de variação cambial, são apresentadas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia, mensurados conforme Nota 6 (b). Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em controladas e coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas controladas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

2.7 Partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumento contratual "Contrato de Mútuo" e "contrato de conta corrente e gestão de caixa único", firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor. A natureza das operações é de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter a incidência de encargos.

2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

2.10 Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social. Este abrange não somente as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela Companhia e que, por decisões dos acionistas, foram incorporados ao Capital Social, representando uma espécie de investimento derivado da renúncia a sua distribuição na forma de dividendos.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

3 Instrumentos financeiros por categoria

	Custo amortizado	
	2022	2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalente de caixa	1.052	6.041
Outros ativos	2.642	1.025
	<u>3.694</u>	<u>7.066</u>
	Custo amortizado	
	2022	2021
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Partes relacionadas	1.786.667	1.000.496
Fornecedores e outros passivos	11.434	5.237
	<u>1.798.101</u>	<u>1.005.733</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Liquidez imediata	1.052	6.041

5 Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de outros ativos de R\$ 2.642 (31 de dezembro de 2021 R\$ 1.025) corresponde substancialmente aos prêmios de seguros a apropriar.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Investimentos e provisão para passivo a descoberto

(a) Informações sobre as controladas

	31 de dezembro	% de participação da companhia	Ativos totais	Passivos (Circulante e Não circulante)	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Receitas	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício
CNO S.A. ("CNO")	2022	97.71%	20,662,028	24,679,226	(4,017,198)	454,492	460,517
	2021	97.53%	21,460,113	26,316,244	(4,856,131)	557,126	(2,824,629)
OECI S.A. ("OECI")	2022	100.00%	5,714,479	1,173,573	4,540,906	421,451	(349,894)
	2021	100.00%	5,589,520	1,133,985	4,455,535	529,386	482,191
Tenenge Engenharia LTDA ("Tenenge")	2022	94.89%	329,801	85,802	243,999	522,800	(30,320)
	2021	93.78%	284,197	59,232	224,965	317,463	(2,932)
OENGER S.A. ("OENGER")	2022	99.77%	92,107	50	92,057		(272)
	2021	99.77%	92,026	30	91,996		(444)
Odebrecht Internacional Services LTDA ("OIS")	2022						
	2021	100.00%	1,456,200	13,726,957	(12,270,757)	9,919,160	(9,876,611)
OEC Finance Limited ("OEC Finance")	2022	100.00%	48,648	4,790,926	(4,742,278)	10,022	(350,215)
	2021	100.00%	52,031	4,740,739	(4,688,708)	12,137	(573,181)
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL")	2022	100.00%	(4,480,974)	6,825,654	(11,306,628)	291,763	360,132
	2021						

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos e provisão para passivo a descoberto

	Saldo no início do exercício	Adições (c)	Baixas (c)	Transações de capital (a)	Ajuste de avaliação patrimonial	Variação cambial de investidas no exterior	Equivalência patrimonial (b)	Operações descontinuadas (d)	Saldo no final do exercício
Investimentos									
OECI	4.455.536	238.287			258.387	(61.410)	(355.042)	5.148	4.540.906
Tenenge	210.972	49.354			131		(28.926)		231.531
OENGER	91.783	1.333	(998)		(1)		(272)		91.845
Outras	12.345				(8.262)	(66)	140		4.157
Em 31 de dezembro de 2022	<u>4.770.636</u>	<u>288.974</u>	<u>(998)</u>		<u>250.255</u>	<u>(61.476)</u>	<u>(384.100)</u>	<u>5.148</u>	<u>4.868.439</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>5.524.755</u>	<u>138.108</u>	<u>(561.066)</u>	<u>(508.652)</u>	<u>(317.874)</u>	<u>17.220</u>	<u>496.251</u>	<u>(18.106)</u>	<u>4.770.636</u>
Provisão para passivo a descoberto									
CNO	(4.736.186)	512.319		1	189.275	(339.947)	(255.257)	704.591	(3.925.204)
OIS	(12.270.757)		11.747.192			489.496	34.069		
OEC Finance	(4.688.708)					296.645	(350.215)		(4.742.278)
OOL		(11.747.192)			(9)	304.588	326.000		(11.116.613)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>(21.695.651)</u>	<u>(11.234.873)</u>	<u>11.747.192</u>	<u>1</u>	<u>189.266</u>	<u>750.782</u>	<u>(245.403)</u>	<u>704.591</u>	<u>(19.784.095)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>(10.502.039)</u>	<u>1.053.875</u>		<u>522.017</u>	<u>305.000</u>	<u>126.715</u>	<u>(12.996.499)</u>	<u>(204.720)</u>	<u>(21.695.651)</u>

(a) Referente as operações de transações de capital no valor líquido entre investimentos e provisão para passivo a descoberto de (R\$ 13.366).

(b) Refere-se à equivalência patrimonial no valor de (R\$ 629.503). O resultado de equivalência patrimonial do exercício de 2022 das principais controladas da Companhia estão atrelados a: i) OECI – o valor de (R\$355.042) corresponde ao prejuízo do exercício substancialmente ocasionado pelo resultado financeiro por conta da variação cambial; ii) OEC Finance – valor de (R\$350.215) de prejuízo substancialmente referente aos juros e ajuste a valor presente dos Bonds OEC Finance; iii) CNO – valor de (R\$255.257) referente ao prejuízos do exercício substancialmente atrelados as provisões sobre créditos de liquidação duvidosa referente a saldos a receber, além do gastos administrativos e despesas pessoais; e iv) OOL substancialmente pela receita oriunda do perdão de dívida TEP OTP.

(c) O aumento líquido de R\$800.295, considerando adições e baixas de capitais, ocorridos nas empresas OECI, Tenenge, OENGER e CNO foram realizados com efeito caixa, sendo R\$797.287 por meio de novos aportes e R\$3.008 por realização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"). Os efeitos de adições e baixas nas empresas OIS e OOL é parte da reestruturação societária.

(d) Refere-se ao prejuízo das operações descontinuadas no valor de R\$ 709.739. Deste saldo, R\$ 549.235 refere-se à descontinuidade das operações das sucursais e subsidiária com investimento indireto da Companhia na Venezuela. O valor corresponde substancialmente a ganhos de variação cambial sobre ativos e passivos em moeda estrangeira e a reversão de provisões. O saldo de R\$ 160.503 refere-se as operações descontinuadas da CNO S.A. – Sucursal Colômbia substancialmente atreladas a reversão de provisões.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Partes relacionadas

(a) Movimentação dos saldos de Partes relacionadas

Passivo Não Circulante	2020	Adições	Baixas	Variação Cambial	2021
CNO	88.400				88.400
Bento Pedroso Construções S.A. ("BPC")		22.312		10	22.322
Odebrecht Overseas LTD ("OOL") (i)	212.026	662.540	(22.312)	26.688	878.942
Odebrecht Servicos no Exterior - Cayman	10.087			745	10.832
Total	310.513	684.852	(22.312)	27.443	1.000.496

Passivo não circulante	2021	Adições	Baixas	Variação Cambial	2022
CNO	88.400				88.400
Bento Pedroso Construções S.A. ("BPC")	22.322			(1.451)	20.871
Odebrecht Overseas LTD ("OOL") (i)	878.942	815.814		(18.372)	1.676.384
Odebrecht Servicos no Exterior - Cayman	10.832		(8.262)	(1.558)	1.012
Total	1.000.496	815.814	(8.262)	(21.381)	1.786.667

- (i) Em 2021 a Companhia recebeu de sua investida indireta OOL, o montante de R\$662.540, sendo o efeito caixa de R\$ 361.024, a título de mútuo para posterior aporte em suas principais investidas, CNO, OEI e Tenenge. Em 2022 o montante recebido foi de R\$ R\$815.814, integralmente efeito caixa, a título de mútuo para posterior aporte em suas principais investidas, CNO, OEI e Tenenge.

OEC S.A.
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

Saldos correspondem aos pagamentos, efeito caixa, efetuados no exercício aos administradores chave da administração.

			2022
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração	8.966	4.606	13.572
Remuneração de curto prazo	145	12	157
Benefícios - Previdência Privada	236		236
Total	9.347	4.618	13.965
			2021
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração	8.318	4.299	12.617
Remuneração de curto prazo	73	10	83
Benefícios - Previdência Privada	154		154
Total	8.545	4.309	12.854

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2021, a Companhia aportou o montante de R\$ 3.008, por meio de AFAC na investida OECI. Em 2022 o AFAC foi capitalizado na investida OECI.

8 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 448.900 totalmente subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 448.899.790, ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada pela Lei nº 11.638/07 com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

OEC S.A.
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial do exercício	348.948	217.887
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas (i)	197.531	51.256
Varição cambial de investidas no exterior (ii)	683.590	143.935
Varição cambial com investimentos líquidos no exterior (iii)	<u>255.967</u>	<u>(64.130)</u>
Saldo final do exercício	<u>1.486.036</u>	<u>348.948</u>

(i) A variação corresponde substancialmente a efeitos inflacionários de controladas da Companhia na Argentina.

(ii) Refere-se à conversão dos saldos das investidas no exterior para a moeda funcional da Companhia.

(iii) Refere-se a alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão". Em 2022 ocorreu a realização da variação cambial decorrente da liquidação da operação de partes relacionadas, via a incorporação da COI Over pela CNO.

(c) Resultado por ação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	74.118	(12.778.020)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	<u>448.900</u>	<u>448.900</u>
Lucro (prejuízo) por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	<u>0,165</u>	<u>(28,465)</u>

9 Despesas Gerais e Administrativas

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com pessoal	(18.846)	(18.299)
Serviços de terceiros (i)	(2.225)	(4.933)
Despesas administrativas (ii)	<u>(6.560)</u>	<u>(3.552)</u>
	<u>(27.632)</u>	<u>(26.784)</u>

(i) Saldos correspondentes as despesas com auditoria, consultoria e assessoria.

(ii) Saldos substancialmente referente as despesas com seguros no montante de R\$ (6.120).

10 Resultado financeiro, líquido

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Variação cambial e juros financeiros, líquidos (i)	21.381	(27.443)
Receitas de aplicações financeiras	518	183
Comissões e despesas bancárias	(328)	(808)
Outros, líquidos	(57)	(24)
	<u>21.514</u>	<u>(28.092)</u>

(i) Saldos correspondentes as despesas com variação cambial sobre os passivos com partes relacionadas, conforme apresentado na nota 7(a).

11 Eventos subsequentes

- Notificação sobre Rutas de Lima

A Concessionária Rutas de Lima SAC coligada indireta da Companhia recebeu, em 30 de janeiro de 2023 uma notificação em que o poder concedente (Municipalidad Metropolitana de Lima - "MML") comunica sua decisão de rescisão do Contrato de Concessão do Projeto Vías Nuevas de Lima ("Contrato de Concessão"), por supostas "razões de interesse público".

A hipótese de terminação indicada na notificação emitida pela MML não surte efeitos antes de 180 dias e requer, nos termos do Contrato de Concessão, o pagamento de uma compensação pelo investimento realizado.

A Concessionária ativou mecanismo contratual de solução de controvérsias, iniciando a etapa de "trato directo" para discutir com a MML os termos de sua decisão de resolução contratual. O Contrato de Concessão prevê que, não havendo acordo nessa etapa, a controvérsia será resolvida em arbitragem. Até a presente data, a MML não se manifestou.

A Companhia e suas controladas estão acompanhando e solicitando à Concessionária toda a informação sobre as análises, estratégias e iniciativas relacionadas ao tema, buscando avaliar ações que permitam mitigar riscos e prover solução.

- Decisão do Supremo Tribunal Federal

Em 8 de fevereiro de 2023, foram julgados no Supremo Tribunal Federal os Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) sob o regime de repercussão geral, em que restou definido que decisões judiciais individuais definitivas, ou seja, transitadas em julgado, perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

A Companhia e suas controladas avaliam que o referido julgado não possui efeitos sobre nenhuma das suas obrigações tributárias atuais. No entanto, há potencial contingência em razão da fruição, até dezembro de 2019, de decisão judicial transitada em julgado, ajuizada por associação de classe, na qual foi reconhecida a inconstitucionalidade da Contribuição Social à alíquota de 10% sobre os saldos de FGTS, incidente na hipótese de demissão de empregado sem justa causa, instituída pela Lei Complementar n. 110/2001. A referida Contribuição Social, no entanto, foi extinta a partir de 01 de janeiro de 2020 pela Lei nº 13.932/2019, de modo que não se faz necessário nenhum ajuste nos recolhimentos tributários das empresas quanto a isso. Em uma estimativa preliminar, foi identificada uma possível contingência na ordem de R\$ 9,9 milhões.